

Schneider e antropologia: o estudo do parentesco revisitado

SCHNEIDER, David Murray. *Parentesco americano: uma exposição cultural*. Petrópolis, Vozes, 2016. 152 pp.

Breno Alencar

Ainda que desfrute de enorme reconhecimento entre seus pares lusófonos, a primeira obra do antropólogo norte-americano David Schneider, *American kinship: a cultural account*, chega ao público brasileiro com cerca de meio século de atraso. Este hiato, porém, não afasta a originalidade e a influência que este texto passou a exercer sobre a antropologia do parentesco desde sua primeira edição em 1968, como cuidadosamente demonstrou Igor José Machado em trabalho recente (Machado, 2013).

Com sete capítulos, o livro é dividido em duas partes, nas quais o autor valeu-se de sua experiência como um “nativo” norte-americano e de dados obtidos em pesquisa realizada em Harvard no começo de 1950, seguida de um projeto, dessa vez conduzido em Chicago entre 1955 e 1965, com o intuito de abordar as unidades e as regras que compõem o que ele chama de “cultura do parentesco americano”¹ (p. 18). A primeira parte é dedicada a identificar os símbolos que definem uma pessoa como parente nessa cultura, isto é, por um lado, a carne e o sangue, no que se refere ao significado atribuído à filiação e à descendência, por outro, a natureza espiritual e carnal das alianças e, por fim, o coito, que articula esses dois domínios.

Apesar da tentativa de se afastar da influência funcionalista predominante em sua época, a interpretação baseada na divisão fundamental do universo em duas partes – a da natureza, que é “dada”, e a da lei ou cultura, que se opõe àquela por ser criada, inventada e imposta – permite notar a presença das contribuições intelectuais de Talcott Parsons, Clyde Kluckhohn e Alfred Kroeber. Sua aproximação com a antropologia interpretativa de Geertz (2008) – em especial o capítulo “A religião como sistema cultural”, de onde extraí sua noção de “simbólico” –, porém, leva Schneider a considerar que fatos da natureza são transformados, por meio da atribuição de significados, em constructos

culturais. Desse ponto de vista, a compreensão que tem dos sistemas simbólicos é a de um conjunto de átomos de consciência socialmente compartilhados por meio de entidades culturalmente definidas e distinguidas, as unidades culturais.

Adotando a linguagem como a principal forma de representar essas unidades, Schneider analisa a “natureza do parentesco” estabelecendo a aplicação dos significados das palavras a partir de sua origem, das leis que governam sua mudança e do modo com que elas se relacionam nos contextos de interação e sociabilidade. Ao fazer isso, ele leva a termo o que Sahlins (2003) chama de “etimologia do povo”, isto é, a representação que as palavras exercem como constructos culturais baseados na lógica informal da vida real – conforme esta é interpretada por um norte-americano. Isso favorece sua definição de parente como “uma pessoa relacionada por sangue ou por casamento” (p. 49), como no capítulo 2, em que a “forma pura” dos constructos considerados naturais resultam do significado que os termos de parentesco norte-americano assumem como exercício de simbolização de duas ordens culturais: a ordem da natureza, em que pessoas estão relacionadas pelo sangue, e a ordem da lei, em que a relação se dá pelo casamento (ou aliança), que neste caso pode se opor ao primeiro por sua natureza menos restritiva (isto é, biogenética), impondo-lhe o sentido de parentesco “por afinidade”. Essa distinção é acompanhada ainda pela diferenciação entre termos básicos (pai, mãe, irmão etc.) e derivados – composto ou não por um modificador (filho adotivo, primo de segundo grau, sogro etc.) – e pelas noções de pertencimento (“marido/ex-marido”) e distância (“primo de primeiro grau”, “tio-avô”).

A premissa fundamental desse sistema é crer que o sangue seja a substância por meio da qual um indivíduo compartilha do material biogenético de seus genitores e calcula com precisão a distância, em termos qualitativos e hereditários, da relação entre duas pessoas. Schneider é levado por essa evidência a argumentar que o sangue cria uma relação de identidade, pois os norte-americanos supõem que pessoas ligadas pelo sangue se “parecem” com seus pais ou “puxam” algum traço dos avós, demonstrando a existência de uma identidade biológica comum. Por sua vez, o casamento, que não desfruta do sangue como

substância material, é uma escolha do indivíduo, um tipo de ligação baseada em um padrão de comportamento e em um código de conduta que Schneider sugere estar na ordem da lei, isto é, de regras, costumes e tradições que orientam a conduta dos indivíduos. Esse mesmo argumento, porém, é utilizado para demonstrar que o parentesco norte-americano não se restringe exclusivamente aos descendentes e afins, porque amigos e até mesmo os animais (como o cachorro, a quem o autor recorre para dar esse exemplo), em vista de sua escolha e performance, também reproduzem os padrões de relações que caracterizam o parentesco, como a lealdade, o amor e a solidariedade.

Sobre a família, Schneider argumenta no capítulo 3 que se trata de uma unidade que representa o modo como o parentesco deve ser conduzido e cujos membros são definidos em termos da relação sexual e do tipo de ligação que mantêm entre si. Seu átomo é constituído pela mulher, marido e filhos, e todo evento que promova uma ruptura desse modelo (infertilidade, morte, divórcio ou casamento) compromete as relações naturais entre seus membros que lhes permitem “viver juntos”, seja pela coabitação, como eufemismo para a relação sexual, seja pelo convívio, como domínio em que os parentes fazem da moradia um “lar”.

Mas família e parentesco não se confundem, razão pela qual na segunda parte do livro Schneider aponta os vários componentes conceituais e simbólicos que os distinguem em dois níveis. No primeiro estão o simbolismo do sexo, que, segundo o autor, se baseia nos fatos da natureza e define a conduta apropriada ou legítima em uma determinada relação, e o simbolismo do amor, baseado no relacionamento entre pessoas e que é o símbolo cultural desse sistema. Em tal nível, a precedência do sangue como a substância material torna as relações de filiação e descendência objetivas, permanentes e involuntárias, produzindo o que o autor chama de “amor cognático”, enquanto as relações de afinidade são subjetivas, perenes e dependem da vontade dos indivíduos, o que se reflete na definição que os norte-americanos dão ao “amor conjugal”. O amor, em qualquer caso, é o ponto de convergência nessa distinção; ao lado da amizade, desfruta do que Schneider considera ser uma “solidariedade difusa du-

radoura”, cujo caráter é altamente pessoal e cercado de considerações sentimentais e morais.

A essa diferença se soma, em um segundo nível, os acréscimos ou incrementos que variáveis biológicas, como a idade e o sexo, desempenham sobre as funções dos membros na família. Neste nível, a identidade de um indivíduo resulta de um constructo que articula vários domínios da cultura norte-americana, demonstrando que a escolha de um parente é feita por uma pessoa que opera para incluir e excluir certos indivíduos de suas relações de parentesco. Segundo Schneider, esses constructos resultam da centralidade que o simbolismo da relação sexual e do amor ocupam na família, pois além de definirem, em termos abstratos, o que um parente é, revelam o conjunto de padrões normativos que orientam um indivíduo real a agir com base nessas abstrações. Isso significa que tanto o sangue como o casamento informam aos norte-americanos quem são seus parentes, mas a decisão sobre quem é ou não um parente é tomada com base em critérios que, de modo algum, são puramente questões de parentesco. As distâncias física, socioemocional e genealógica têm um papel decisivo nesse sentido, pois o valor que o parente possui como pessoa é resultado do tipo de relacionamento implicado nisso. Schneider aponta alguns exemplos, como o “parente famoso”, personagem a quem se recorre nas genealogias para ampliar a importância da linhagem em comparação com as demais ou traçar relações com o Ego produzindo notoriedade social; o formato de árvore de Natal adquirido pelas genealogias – no topo está o ancestral fundador e tanto o “tronco” como os “galhos” são “adornados” por parentes com quem o Ego mantém uma relação consanguínea ou guarda memória; as categorias utilizadas para descrever a área indeterminada e esmaecida que contém os parentes distantes, como “parentes de fralda de camisa”, “parentes de beijo” e “parentes de velórios-e-casamentos”; e os mortos, que mesmo ausentes ocupam uma posição ambígua e são lembrados por terem desempenhado uma relação significativa em vida.

No último capítulo do livro, Schneider se dedica a descrever a regra que orienta a aplicação dos termos de parentesco a determinadas pessoas (quem chama “quem” “do quê?”), sugerindo que isso se deve ao fato de que elas atuam voluntaria-

mente como parente e mantém relações de parentesco por consentimento mútuo. Tendo como base a inquietação provocada pela existência de expressões que servem tanto para representar ligações baseadas em termos formais (pai, senhor, doutor), como para justificar a existência de vínculos baseados em termos informais ou derivados (“vovozinha” para a avó de uma amiga, “prima” para a esposa de um primo), o autor argumenta que se trata de usos simétricos ou assimétricos que servem de guias ou como demarcadores de equivalência e diferença de *status* para um uso apropriado em relação a idade, o sexo, a posição de classe etc. do interlocutor. Desse modo, o parentesco norte-americano revela que além dos termos de parentesco e dos tipos ou categorias de parentes, há ainda a presença de voluntarismo e escolhas de toda ordem nas relações que definem uma pessoa como parente.

Em síntese, o desafio de Schneider foi resolver o problema da variação das terminologias no sistema de parentesco de sociedades complexas, como a norte-americana. Para isso Schneider tentou demonstrar que o melhor método de resolução é interpretar a linguagem que os informantes usam para distinguir o parente como uma pessoa, procurando identificar a existência de um núcleo firme e fixo em torno do qual a diferenciação de papéis sexuais do sistema de atributos sexuais e a diferenciação de classes do sistema de estratificação definem a pessoa como um parente.

Como modelo de análise, o emprego dessa metodologia radicalizou a interpretação das relações de parentesco, até então dominadas pelas teorias da descendência e da aliança, o que leva o *Parentesco americano* a ser reconhecido como um divisor de águas para dois movimentos. O primeiro se deve a Marilyn Strather (1988), responsável por inaugurar a crítica do parentesco como categoria ontológica do pensamento ocidental, o que favoreceu sua “desbiologização” e contribuiu para os estudos de gênero e para o fortalecimento do movimento feminista. Janet Carsten, por sua vez, espelhou-se nas contribuições de Schneider para desenvolver seus estudos sobre a “relacionalidade” e as sociedades de casa (Carsten, 2000, 2004; Carsten e Hugh-Jones, 1995), dando origem ao que se pode chamar hoje de “novo parentesco”.

Coincidentemente, traduzida da edição de 1980, contexto no qual o autor desfrutava de grande notoriedade, mas também de severas críticas por seu “radicalismo”, a obra é concluída com um capítulo em forma de posfácio, no qual o autor apresenta, “doze anos depois”, revisões e correções que foram realizadas em trabalhos posteriores à primeira versão. Entre elas está a afirmação de que o parentesco não passa de um artefato usado para analisar uma teoria falsa; sua crítica ao uso indiscriminado de seus resultados e conceitos em pesquisas sobre outras localidades; o reconhecimento de que os modelos que orientaram sua interpretação dos dados sobre o parentesco eram tratados com base em valores da classe média urbana e branca; e, por fim, o estado de sua teoria sobre a relação entre cultura e ação social.

Notas

- 1 Ao longo da obra, o tradutor preservou o termo *american* usado por Schneider na obra original para se referir ao gentílico dos Estados Unidos. Porém, em virtude da inevitável confusão que a generalização de sua tradução pudesse causar para os leitores do restante do continente americano, nesta resenha resolvemos adotar o termo “norte-americano” para se referir aos interlocutores com os quais o autor desenvolveu seu estudo.

Bibliografia

- CARSTEN, J. (2000), *Cultures of relatedness: new approaches to the study of kinship*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (2004), *After kinship*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. & HUGH-JONES, S. (orgs.), *About the house: Levi-Strauss and beyond*. Cambridge, Cambridge University Press, 1995, pp. 1-46.
- GEERTZ, C. (2008), *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, LTC.
- MACHADO, Igor José. (2013), *A antropologia de Schneider: pequena introdução*. São Paulo, EdUFScar.

SAHLINS, Marshall. (2003), *Cultura e razão prática*. Trad. Sérgio Tadeu de Niemayer. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

STRATHERN, Marilyn. (1988), *The gender of the gift: problems with women and problems with society in Melanesia*. Berkeley, University of California Press.

BRENO ALENCAR é professor de ciências sociais do Instituto Federal do Pará e membro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Educação e Política (Cigep/IFPA). E-mail: bralencar@gmail.com.

DOI: 10.17666/339601/2018